

Estudo das apreensões de cocaína mediante uma abordagem espacial em um município nordestino para o ano de 2018

Study of cocaine seizures through a spatial approach in a northeastern municipality for 2018

Estudio de los decomisos de cocaína mediante un enfoque espacial en un municipio del noreste para el año 2018

Recebido: 22/07/2022 | Revisado: 09/08/2022 | Aceito: 11/08/2022 | Publicado: 20/08/2022

Luana de Macêdo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0173-5549>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: luanademacedocg@gmail.com

Sayonara Maria Lia Fook

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1948-9371>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Email: sayonarafook@servidor.uepb.edu.br

Ricardo Alves de Olinda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0509-8428>

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Email: ricardo.estat@yahoo.com.br

Resumo

Sabe-se que são crescentes os transtornos advindos do aumento do uso de drogas, principalmente da cocaína, uma vez que esta possui padrões de uso diferenciado, dificultando seu combate. Ainda são muito escassos e insuficientes os dados epidemiológicos disponíveis relativos a esta temática e, observando este fato, o presente estudo propõe contribuir com pesquisas da área, abordando os casos de apreensão de cocaína por meio da análise espacial no município de Campina Grande, Paraíba, para o ano de 2018. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, retrospectivo e quantitativo, utilizando dados do Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande do Instituto de Polícia Científica (NULF-CG/IPC), e dos processos arquivados na Vara de Entorpecentes da Comarca de Campina Grande. As variáveis categóricas foram apresentadas por meio de estatísticas descritivas e para análise e tratamento dos dados foram utilizados o Teste Qui-quadrado e o teste exato de Fisher, considerando 5% do nível de significância ($p < 0,05$). A amostra revelou as principais características sociodemográficas dos usuários (homens, pardos, solteiros, entre 20 e 40 anos, com ensino fundamental, desempregados); as apreensões corresponderam, predominantemente, ao tráfico sob as formas de "crack" e cocaína. Dentre os 49 bairros oficiais da cidade, constatou-se que os bairros mais expressivos em relação ao número de apreensões foram José Pinheiro, Pedregal, Serrotão e Jeremias, locais considerados mais periféricos da cidade. Diante das evidências aqui apresentadas, almeja-se contribuir com dados para incremento das políticas públicas, direcionando as demandas específicas desta população, fortalecendo vários objetivos propostos pelo SISNAD para a prevenção do uso de drogas.

Palavras-chave: Cocaína; Análise espacial; Saúde pública; Políticas públicas.

Abstract

It is known that the disorders arising from the increase in the use of drugs, especially cocaine, are increasing, since it has differentiated use patterns, making it difficult to fight. Epidemiological data on this topic are still scarce and insufficient and, observing this fact, the present study proposes to contribute to research in the area addressing cases of cocaine seizure through spatial analysis in the municipality of Campina Grande, Paraíba, for the year 2018. This is a descriptive, cross-sectional, retrospective and quantitative study, using data from the Forensic Laboratory Nucleus of Campina Grande of the Scientific Police Institute (NULF-CG / IPC), and of the files filed with the Narcotics Court of the District of Campina Grande. Categorical variables were presented using descriptive statistics and for data analysis and treatment, the chi-square test and Fisher's exact test were used considering 5% of the significance level ($p < 0.05$). The sample revealed the main sociodemographic characteristics of the users (men, browns, singles, between 20 and 40 years old, with elementary education, unemployed); the seizures corresponded, predominantly, to trafficking in the forms of "crack" and cocaine. Among the 49 official neighborhoods in the city, it was found that the most expressive neighborhoods in relation to the number of seizures were José Pinheiro, Pedregal, Serrotão and Jeremias, places considered more peripheral in the city. In view of the evidence presented here, the aim is to contribute data to increase public policies, directing the specific demands of this population, strengthening various objectives proposed by SISNAD to prevent drug use.

Keywords: Cocaine; Spatial analysis; Public health; Public policy.

Resumen

Se sabe que los trastornos derivados del aumento del consumo de drogas van en aumento, en especial de la cocaína, ya que presenta diferentes patrones de consumo, lo que dificulta su combate. Los datos epidemiológicos disponibles sobre este tema son todavía muy escasos e insuficientes y, observando este hecho, el presente estudio se propone contribuir a la investigación en el área, abordando casos de incautación de cocaína a través del análisis espacial en el municipio de Campina Grande, Paraíba, para la año 2018. Se trata de un estudio descriptivo, transversal, retrospectivo y cuantitativo, utilizando datos del Núcleo de Laboratorio Forense de Campina Grande del Instituto de Policía Científica (NULF-CG/IPC), y de los casos radicados en la Corte de Justicia. Narcóticos del Distrito de Campina Grande. Las variables categóricas fueron presentadas mediante estadística descriptiva y se utilizó la prueba de chi-cuadrado y la prueba exacta de Fisher para el análisis y tratamiento de los datos, considerando el 5% del nivel de significancia ($p < 0,05$). La muestra reveló las principales características sociodemográficas de los usuarios (hombres, pardos, solteros, entre 20 y 40 años, con instrucción básica, desempleados); las incautaciones correspondieron predominantemente al tráfico en las modalidades de “crack” y cocaína. Entre los 49 barrios oficiales de la ciudad, se constató que los barrios más expresivos en relación al número de incautaciones fueron José Pinheiro, Pedregal, Serrotão y Jeremias, lugares considerados los más periféricos de la ciudad. Ante la evidencia aquí presentada, pretendemos aportar datos para incrementar las políticas públicas, direccionando las demandas específicas de esta población, fortaleciendo diversos objetivos propuestos por el SISNAD, para la prevención del consumo de drogas.

Palabras clave: Cocaína; Análisis espacial; Salud pública; Políticas públicas.

1. Introdução

A produção e o comércio de drogas ilícitas são, junto com o tráfico de armas, o maior mercado criminoso do mundo. Funcionando sem nenhum tipo de regulação, o comércio dessas drogas envolve, na maior parte das vezes, exploração de trabalho, inclusive infantil, contaminação ecológica, corrupção de agentes públicos e, o que é mais grave, utilização de violência armada para demarcação de interesses e outros conflitos. É importante lembrar, acerca do último ponto, que, diferente do que pregam os defensores da proibição, os dados empíricos não relacionam o consumo de drogas à violência, mesmo na dinâmica própria do comércio ilegal. Países da Europa Ocidental, por exemplo, têm, proporcionalmente, mais consumidores de drogas ilegais do que a maior parte dos países da América Latina, mas tanto o consumo como o comércio dessas substâncias se dão de forma muito menos violenta (Fiore, 2012).

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas (Unodc, 2019), 35 milhões de pessoas no mundo sofre de transtornos advindos do uso dessas substâncias, fato que apresenta um aumento no número de indivíduos usuários em comparação com 2017, e que pode estar atribuído à ampliação das pesquisas que abrange a dimensão do uso, revelando também que as consequências adversas para a saúde são mais graves e generalizadas.

No Brasil, conforme dados da pesquisa acerca das apreensões de drogas do Estado de São Paulo (Langeani & Silva, 2018), relatam que em 2018, a substância ilícita mais usada entre a população brasileira é a maconha, seguida da cocaína e seus derivados como o crack, porém é notório o crescimento considerável destas nos últimos anos no Brasil.

Fato este que pode estar relacionado aos efeitos da desigualdade social, uma vez que o desemprego crescente e a falta de oportunidade pode levar ao uso de drogas em padrões prejudiciais, como também o fato de que pessoas em situações mais vulneráveis são mais predispostas a praticar atividades ilegais (produção e tráfico), devido à falta de alternativas (Unodc, 2019).

Um dos grandes problemas que envolvem as drogas ilícitas, em especial a cocaína, é a constante modernização do tráfico, o que torna ineficaz o combate de apenas uma forma padrão da mesma, pois a cocaína vendida ilegalmente pode ser encontrada de diversas maneiras dentre a variedade de suas práticas de consumo (Brasil, 2010; Zacca & Botelho & Vieira & Almeida & Ferreira, 2014).

O relatório, por sua vez, destaca a importância de uma cooperação mais ampla no tocante aos desafios das drogas envolvendo equipes multidisciplinares e integradas de saúde e justiça, com suas leis e regulamentações acerca da oferta e demanda de drogas (Unodc, 2019).

Neste sentido, é importante enfatizar a necessidade de uma mudança de paradigma acerca do debate sobre as drogas,

desmistificando a ideia de tratar usuários e dependentes como marginais, criminosos, cuja solução é a prisão (ou, como em muitos casos, a morte), e ampliando a abordagem que trata essa questão como problema de saúde pública (Garcia & Costa, 2016).

Neste contexto, podemos considerar que as substâncias psicoativas, seus efeitos e causas na sociedade constituem um dos problemas mais graves enfrentados pelos países, o que não seria diferente no Brasil. Assim, podemos considerar que a discussão sobre as políticas públicas de drogas é algo muito relevante e atualmente vem enfrentando maiores desafios, uma vez que as substâncias são cada vez mais diversificadas, com efeitos mais potentes, além de estarem diretamente relacionadas com a violência, o tráfico e o crime organizado (Mathiasen, 2010).

Podemos considerar que ainda são muito escassos e insuficientes os dados epidemiológicos disponíveis em nosso país, que possam responder de maneira cabal à grande parte dos questionamentos relativos a esta temática. E, observando este fato, o presente estudo propõe contribuir para as pesquisas na área, abordando os casos de apreensão de cocaína por meio da análise espacial no município de Campina Grande, Paraíba, no ano de 2018.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, transversal, retrospectivo, quantitativo e elaborado para responder aos objetivos específicos propostos. Os dados foram obtidos através dos Laudos de Constatação e Definitivo arquivados pelo Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande do Instituto de Polícia Científica (NULF-CG/IPC), e dos processos arquivados na Vara de Entorpecentes da Comarca de Campina Grande, localizada no Fórum Afonso Campos, no ano de 2018, no município de Campina Grande, Paraíba, região do agreste, mesorregião do Nordeste brasileiro.

Foram incluídos na pesquisa todos os laudos com informações satisfatórias do perfil socioeconômico do indivíduo indiciado por tráfico e porte ilegal de cocaína e seus derivados da área urbana do município de Campina Grande, confirmados pelo Núcleo de Laboratório Forense da mesma cidade, no ano de 2018 de acordo com a Lei nº 11.343 de 2006. Foram excluídos os laudos com informações incompletas ou que não apresentaram resultados conclusivos para cocaína.

Os dados sociodemográficos e o padrão de uso foram manualmente resgatados dos laudos arquivados no período de agosto a outubro de 2019 após autorização formal do IPC/PB. Já na Vara de Entorpecentes da Comarca de Campina Grande, o levantamento ocorreu no período de outubro a dezembro de 2019, logo após o parecer favorável do Comitê de Ética, e também conforme disponibilidade dos órgãos.

As variáveis analisadas foram variáveis numéricas e qualitativas independentes: Sazonalidade; Idade (<19 anos; 20 a 40 anos; 41 a 59 anos; \geq 60 anos); Sexo (feminino ou masculino); Naturalidade; Escolaridade (analfabetismo, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior); Raça (branca, preta, parda, indígena, amarela); Estado civil (solteiro, casado, união estável, viúvo, divorciado); Enquadramento legal do indiciado; Relativas às características visuais da droga apreendida (pó de coloração branca, pasta de coloração branca, substância sólida de coloração branca, substância sólida de coloração amarela); Bairro de ocorrência (a unidade de verificação adotada foi a variável “bairro de ocorrência” para nortear a análise espacial deste estudo).

Os dados necessários para a montagem dos mapas do estudo para o município foram obtidos a partir dos “52 códigos” disponíveis no Departamento de Estatística do Centro de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual da Paraíba. O município de Campina Grande está dividido em 49 bairros oficiais, subdividido em oito distritos sanitários (seis na zona urbana e dois na zona rural). A divisão em distritos sanitários é uma estratégia de descentralização dos serviços de saúde e tem como objetivo transformar as práticas sanitárias e o melhor entendimento das distribuições dos agravos neste município.

Os dados sobre os registros de casos de cocaína foram organizados inicialmente em planilha eletrônica usando o software Microsoft Office Excel 2013. Logo após, foram importadas para o programa gratuito The R Project for Statistical

Computing, software com versão 3.4.2, com auxílio dos pacotes: Maptools, sp, spdep, classInt, R Color Brewer (Team RDC, 2017), para realização de análise estatística, com contagem de frequência e percentagens, além de testes de correlação para verificar associação entre variáveis.

Para análise e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se estatística descritiva, com apresentação de frequências simples, absolutas e percentuais para as variáveis categóricas e posterior organização dos resultados em tabelas e gráficos. Na sequência, foi aplicado o teste de aderência de Qui-quadrado para verificar a adequabilidade do modelo probabilístico aos dados da pesquisa. Ademais, para verificar possíveis associações entre as variáveis em estudo, foram utilizados o Teste Qui-quadrado e o teste exato de Fisher nos casos em que as frequências esperadas foram menores que 5 (Siegel & Castellan, 2008), considerando o nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

O estudo realizou-se em harmonia com os princípios e diretrizes apontadas pela Resolução N°. 466, de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2012). Portanto, foi submetido ao CEP da UEPB e aprovado sob o CAAE (n° 09685419.2.0000.5187).

3. Resultados

Como principais resultados, destacamos que no ano de 2018 foram registrados pelo Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande (NULF-CG/IPC), e pela Vara de Entorpecentes da Comarca de Campina Grande, 327 apreensões de cocaína, conforme a Tabela 1.

Dentre elas, apenas 148 (45,2%) laudos continham dados completos das apreensões de cocaína e seus derivados realizadas em Campina Grande. Os outros (54,7%) são laudos que não possuíam dados completos de interesse para a pesquisa, como o local exato da apreensão, além de uma vasta gama de outras informações, e por esse motivo foram descartados. Tal fato pode indicar a falta de padronização na forma de preenchimento dos boletins de ocorrência (BO), interferindo na cadeia de custódia, uma vez que gera a subnotificação dos casos relacionados a qualquer tipo de apreensão de drogas.

Outra possível hipótese para essa quantidade exacerbada de laudos descartados pode ser explicada pela ocorrência da interdição do Instituto de Polícia Científica (IPC) da capital do estado, João Pessoa, no início do ano de 2018, o que gerou um aumento da demanda de registro de laudos pelo IPC/CG. Devido à interdição, o IPC/CG passou a atender os casos da capital e das demais cidades ligadas àquele instituto no período mencionado, não contemplando, desta forma, a população de interesse da pesquisa (Rosa, 2018).

Tabela 1 – Distribuição dos casos de apreensões de cocaína de acordo com os laudos, registradas no município de Campina Grande, em 2018.

Tipos	N	%
Laudos Completos	148	45,3
Laudos Incompletos e/ou Outros Municípios	179	54,7
Total	327	100

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados obtidos na pesquisa empírica.

Observou-se que o primeiro semestre apresentou maior registro de ocorrências de apreensões de cocaína e seus derivados. Todavia, o período do ano com maior índice está concentrado nos meses de junho e julho, apontando 20 laudos respectivamente, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das apreensões de cocaína, de acordo com a sazonalidade, durante o ano de 2018, no município de Campina Grande – Paraíba.

Primeiro Semestre de 2018			Segundo Semestre de 2018		
Meses	N	%	Meses	N	%
Janeiro	08	5,4	Julho	20	13,5
Fevereiro	10	6,7	Agosto	12	8,1
Março	11	7,4	Setembro	06	4,05
Abril	16	10,8	Outubro	10	6,7
Maiο	17	11,4	Novembro	06	4,05
Junho	20	13,5	Dezembro	12	8,1
Total	82	55,2	Total	66	44,5

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados obtidos na pesquisa empírica.

Em relação ao perfil sociodemográfico (Tabela 3), foi verificado na análise das variáveis que entre os indiciados há uma predominância do gênero masculino com 78,38% das apreensões (n=148); a cor da pele que se destacou foi parda, com 50,68%; em sua maioria eram adultos jovens com idades entre 20 e 40 anos (70,27%); o estado civil mais expressivo foi o solteiro (50%); o nível de escolaridade que mais se sobressaiu foi o ensino fundamental (65,54%); o local de nascimento mais encontrado foi Campina Grande (76,35%), seguido de pessoas oriundas de outros estados brasileiros (12,16%); e, que grande parte dos indiciados estavam desempregados (48,6%). Entretanto, as variáveis não apresentaram grau de associação significativa pelo Teste do Qui-quadrado ($p > 0,05$).

Tabela 3 – Perfil sociodemográfico dos indivíduos apreendidos com COC e seus derivados, em Campina Grande no ano de 2018.

Variáveis	N	%	p-valor
Gênero			
Masculino	116	78,38	
Feminino	32	21,62	47,676 (< 0,05)
Total	148	100	
Raça/Cor			
Parda	75	50,68	
Sem Registro	39	26,35	
Branca	24	16,22	63,405 (< 0,05)
Negra	10	6,75	
Total	148	100	
Faixa Etária			
≤ 19	33	22,3	
20 a 40	104	70,27	
41 a 59	10	6,76	176,49 (< 0,05)
60 a 90	01	0,67	
Total	148	100	
Escolaridade			
Ensino Fund.	97	65,54	
Ensino Médio	31	20,95	
Ensino Super.	02	1,35	209,03 (< 0,05)
Sem Registro	13	8,78	
Sem Instrução	05	3,38	
Total	148	100	
Estado Civil			
Solteiro	74	50	
União Estável	48	32,43	
Casado	18	12,16	72,757 (< 0,05)
Sem Registro	08	5,41	
Total	148	100	
Local de Nascimento			
Campina Grande	113	76,35	
João Pessoa	02	1,35	212,05 (< 0,05)
Outro Município	15	10,14	
Outro Estado	18	12,16	
Total	148	100	
Situação no Mercado de Trabalho			
Desempregado	72	48,6	25,915 (<0,05)
Sem Registro	52	35,1	
Autônomo	22	14,8	
Outros	02	1,36	
Total	148	100	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados encontrados na pesquisa.

Em relação ao padrão de uso da droga discriminada nos laudos, as mais prevalentes foram na forma de pedra de coloração amarelada, popularmente conhecida como “crack” (50,7%), seguido pela forma de pó branco, denominado quimicamente de cloridrato de cocaína (COC.HCL), com (35,13%) das formas apreendidas (Tabela 4). É importante destacar

que essas formas são, geralmente, as mais comuns encontradas em apreensões devido à facilidade com que os usuários têm acesso a estas.

Tabela 4 – Distribuição do número de apreensões de cocaína, no município de Campina Grande em 2018, de acordo com as características físicas da droga (padrão de uso).

Padrão de Uso	N	%	p-valor
Cocaína (Crack)	75	50,7	
COC.HCL	52	35,1	
COC em forma sólida de cor branca	20	13,5	87,946 (< 0,05)
COC em forma de pó amarelo	01	0,7	
Total	148	100	

Nota: COC.HCL (cloridrato de cocaína). Fonte: Elaboração própria baseada nos dados encontrados na pesquisa empírica.

Com relação ao enquadramento legal das apreensões por cocaína e seus derivados, todas foram indiciadas de acordo com a Lei nº 11.343/06, a qual versa, dentre outras providências, sobre a diferença punitiva entre a figura do traficante e a do usuário/dependente. Considerou-se, assim, as variações em relação aos artigos da mesma, porém com uma predominância dos Art. 33º (tráfico – 81,08%) e Art. 28º (porte – 12,16%), como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Enquadramento das apreensões de cocaína no município de Campina Grande, em 2018, de acordo com a Lei 11.343/06.

DELITO	N	%	p valor
Tráfico (Art. 33º – Lei 11.343/06)	120	81,08	
Porte (Art. 28º – Lei 11.343/06)	18	12,16	152,49 (< 0,05)
Outros Artigos	10	6,76	
Total	148	100	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados encontrados na pesquisa.

A partir dessa distinção legal, a variável delito foi dividida em porte e tráfico para uma abordagem mais específica. Foi utilizado o Teste Exato de Fisher nos casos em que as frequências esperadas foram menores que cinco e, como resultado, foi verificado que não houve associação entre as variáveis faixa etária, gênero e estado civil. Já com relação às variáveis raça/cor, escolaridade, local de nascimento e padrão de uso, observou-se significância estatística, considerando ($p < 0,05$). Podemos verificar, de forma geral, a relação entre as características conforme a Tabela 6.

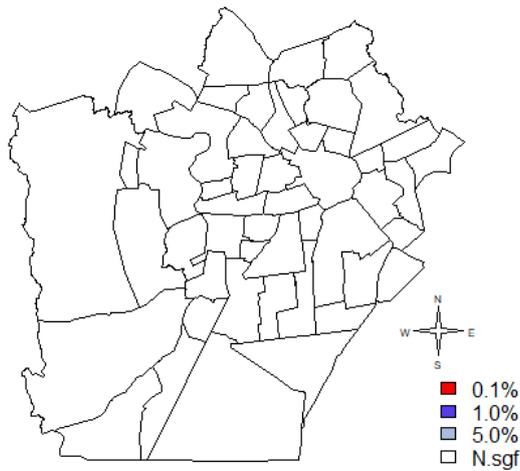
Tabela 6 – Teste de Associação entre o Delito de acordo com a Lei nº 11.343/06 e as variáveis sociodemográficas dos indivíduos apreendidos portando cocaína, em Campina Grande no ano de 2018.

Variáveis	Delito			Total	p valor
	Porte (ART. 28)	Tráfico (ART. 33)	Outros		
Cor					
Branca	00	24	00	24	
Negra	00	10	00	10	< 0,05
Parda	14	58	03	75	
Sem Registro	04	28	07	39	
Escolaridade					
Ensino Fund.	11	80	06	97	
Ensino Médio	03	28	00	31	
Ensino Super.	01	01	00	02	< 0,05
Sem Registro	03	06	04	13	
Sem Instrução	00	00	13	05	
Local de Nascimento					
Campina Grande	08	11	94	113	
João Pessoa	00	01	01	02	< 0,05
Outro Estado	02	05	08	15	
Outro Munic.	00	01	17	18	
Padrão de uso					
COC em forma de pó amarelo	00	01	00	01	
COC.HCL	13	39	00	52	
Cocaína (Crack)	05	64	06	75	< 0,05
COC em forma sólida de cor branca.	00	16	04	20	

Nota: COC.HCL (cloridrato de cocaína). Fonte: Elaboração própria baseada nos dados encontrados na pesquisa.

Na busca por correlacionar o número de casos de apreensões de cocaína por bairro, foi desenvolvida a análise geoespacial dos dados de cada bairro do município de Campina Grande para o ano em questão. Para verificação da autocorrelação espacial, buscamos aplicar o gráfico de espalhamento *Lisa Maps (Local Indication of Spatial Autocorrelation)*, que busca indicar unidades espaciais destacadas pelo nível de significância, de acordo com a sensibilidade do *p*-valor, logo, as localizações não-significantes não são destacadas. É o que podemos verificar na Figura 1, a qual apresenta que, analiticamente para o ano de 2018, não foi identificado relações de causa x efeito entre os bairros, ou seja, as quantidades apreendidas em um bairro não interferem ou não afetam as apreensões em outros bairros, o que nos leva a considerar que estas ocorrem de forma aleatória.

Figura 1 – Indicador Local de Autocorrelação Espacial (LISA) para a variável bairro, das apreensões de cocaína no município de Campina Grande para o ano de 2018.

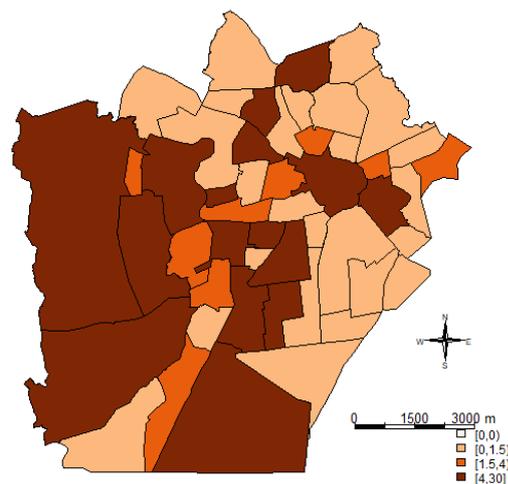


Fonte: Autores.

Além da realização da autocorrelação espacial, foi desenvolvida a distribuição das quantidades de apreensões em um mapa de quartis, muito usado para resumir informações sobre a população. Refere-se à distribuição do conjunto de observações em quatro partes iguais e busca avaliar o espalhamento dos dados⁹.

As cores escolhidas para representação no mapa variaram em tonalidade de cores, que oscilaram entre o marrom (maiores frequências) aos tons mais claros (indicando menos ocorrência). Como mostra a Figura 2, os maiores registros de casos de indiciados tiveram ênfase nas zonas oeste, sul e leste, consideradas áreas periféricas da cidade.

Figura 2 – Mapa de Quartis, de acordo com os bairros de apreensões de cocaína, ocorridas no município de Campina Grande em 2018.



Fonte: Autores.

A cidade de Campina Grande apresenta 49 bairros oficiais, porém sabe-se que ao passar dos anos foram surgindo novos bairros que ainda não são reconhecidos. Dentre os 49 bairros oficiais da cidade, os que apresentaram maior número de apreensões de cocaína e seus derivados em 2018 foram: Monte Santo, Malvinas, Centro, Três Irmãs, Quarenta, com destaque

para os bairros de José Pinheiro (n=30); Pedregal (n=22); Serrotão e Jeremias (n=16 cada); Liberdade (n=8); e Bodocongó com (n=8), Quartis [4, 30].

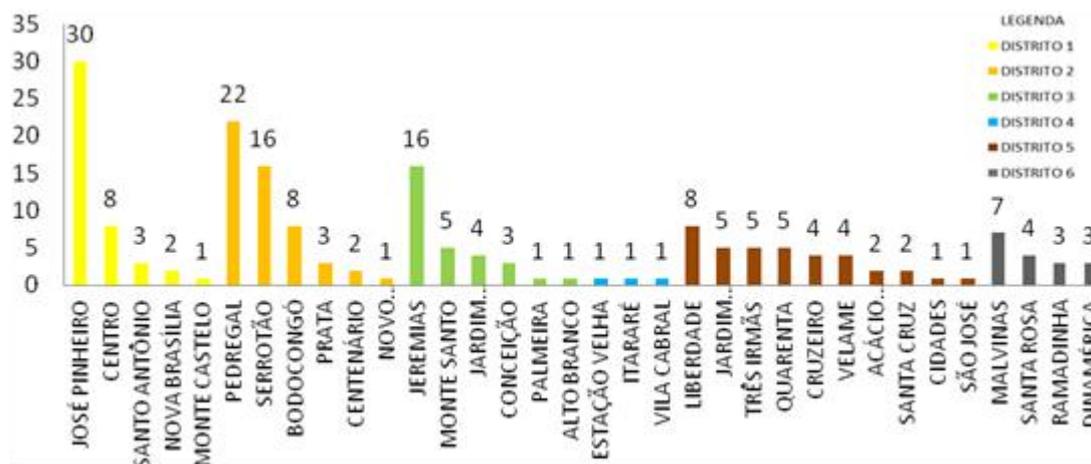
Verificamos também um grande contingente de bairros (15) com número de apreensões nulas (n=0), correspondendo a cerca de (30%) da amostra. Esse fato prejudicou a divisão dos quartis, o que nos leva a questionar se realmente são bairros isentos de ocorrência do delito ou se houve algum tipo de falha na notificação no momento da apreensão, devido a não padronização das fichas de dados das delegacias da cidade, perdendo, desta forma, informações importantíssimas para que seja realizado um rastreamento mais fidedigno sobre o tráfico e o consumo de drogas em geral e, especificamente, da cocaína.

Quanto à análise do número de apreensões em relação ao número de Distritos Sanitários (DS) do município, esta nos permite aprofundar a compreensão em que pese a Vulnerabilidade Social, uma vez que o DS “compreende uma área geográfica que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais e com suas necessidades e os recursos de saúde para atendê-la” (Almeida & Castro & Lisboa, 1998).

Assim, como mencionado, o município em análise apresenta seis distritos sanitários na área urbana, e a identificação das apreensões de acordo com estes se faz relevante, pois o conhecimento por parte dos profissionais da saúde acerca dos fatores de risco que contribuem para o uso abusivo de drogas, das condições sociais, da realidade do contexto no qual o usuário está inserido, pode viabilizar um tratamento mais individualizado, contribuindo para um atendimento mais efetivo e eficaz no tocante à redução dos danos e possíveis reabilitações.

O Gráfico 1, por sua vez, apresenta a distribuição das apreensões de cocaína por DS. Podemos observar que não há uma distribuição homogênea dos bairros em relação aos seus DSs, todavia podemos destacar o distrito 5 com maior número de bairros com ocorrência de apreensões. Contudo, os distritos 1, 2 e 3 compreendem os bairros que apresentaram quantitativamente o maior número de apreensões.

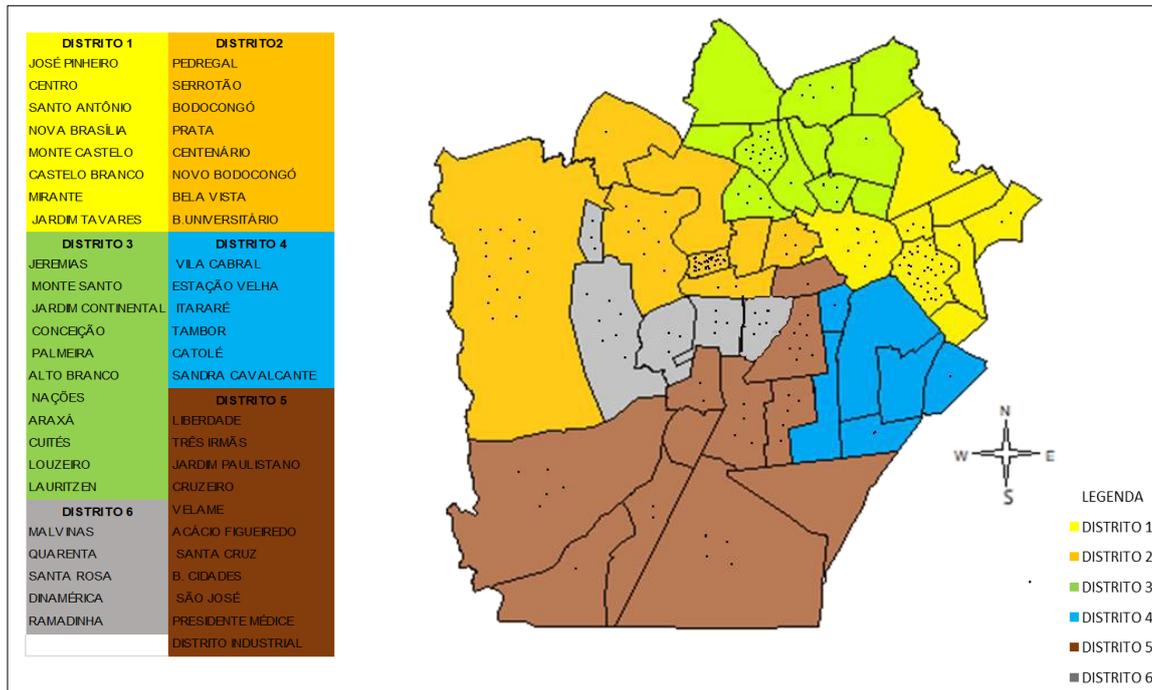
Gráfico 1 – Apreensões de cocaína distribuída por distrito sanitário na área urbana de Campina Grande em 2018.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Ainda abordando a questão das apreensões em relação aos Distritos Sanitários, foi desenvolvido o geoprocessamento dos pontos cartográficos por meio do Mapa de Pontos apresentado na Figura 3, a qual destaca a aleatoriedade mencionada das ocorrências, bem como os distritos 1 e 2 com maior número de apreensões.

Figura 3 – Mapa de Pontos das apreensões de cocaína, distribuídas de acordo com os distritos sanitários e seus respectivos bairros, no município de Campina Grande, em 2018, utilizando-se coordenadas geográficas.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

4. Discussão

Constata-se que cada vez mais são crescentes e relevantes as discussões acerca das drogas ilícitas e seus impactos, inclusive no campo da Saúde Pública. No Brasil, outro aspecto que permeia estas discussões é a falta de dados consolidados que possibilitem desenvolver estudos e comparações a respeito do tema, seja em relação a apreensões, massa de drogas, pessoas envolvidas e seus níveis de dependência (Langeani, Silva, 2018).

De acordo com dados mundiais (UNODC, 2020), foram produzidas no ano de 2018 cerca de 1.723 toneladas de cocaína em seu estado puro. Dentre estas, foram apreendidas 1.311 toneladas, tendo o número de usuários desta droga chegado a 19 milhões. Esses números são crescentes em relação a levantamentos realizados anteriormente pelo próprio UNODC.

Em que pese em âmbito nacional, verificou-se que, de acordo com dados da Polícia Federal, no Brasil foram apreendidas 79,2 toneladas de cocaína no mesmo ano. Na Paraíba, observou-se que no ano de 2018 foram apreendidos 126,759 quilos de entorpecentes. Deste total, 108,738 quilos foram de maconha, outros 15,548 quilos de cocaína e 2,216 quilos de crack. Foram ainda apreendidas 26.286 unidades de micropontos de drogas sintéticas (Ecstasy e LSD). De acordo com a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), as apreensões feitas em 2018 superaram os registros em relação ao ano anterior.

Já em relação ao nosso local de estudo, o município de Campina Grande, de acordo com a Segunda DRE, localizada nesta cidade, só nos primeiros cinco meses de 2018, foram apreendidos aproximadamente 90 quilos de entorpecentes, destes quase 77 quilos foram de maconha, outros 6,3 quilos de crack, 1,6 quilos de cocaína e cerca de 5 quilos de clorofórmio - Loló (Paraíba, 2018). Esses dados resultam em um aumento em relação aos registrados no ano de 2017, corroborando com as estatísticas de crescimento a respeito do uso de drogas.

Observou-se no estudo que os meses junho e julho apresentaram o maior número de apreensões de COC no município de Campina Grande. Este fato pode estar relacionado com o período da grande festa junina que ocorre na cidade nos meses citados, possibilitando a ampliação da circulação das drogas com mais facilidade.

O estudo proporcionou também a caracterização do perfil dos usuários de cocaína e seus derivados na cidade em questão, para o ano de 2018, apresentando prevalência para o gênero masculino, de idade jovem, pardo, solteiro, com ensino fundamental, desempregado, nascido na própria cidade em análise. Esse perfil corrobora com os de estudos realizados em outros estados brasileiros desenvolvidos por Danieli *et al.* (2017); Gusmão *et al.*, (2017); Silva *et al.*, (2017).

Corroboram também com pesquisa realizada em 2010 sobre a Situação do Crack nos Municípios Brasileiros que buscou traçar o perfil do usuário de crack no Brasil, revelando que “se caracteriza por ser homem, jovem, consumidor de outras drogas, com baixos níveis socioeconômicos e educacionais, desempregado ou sem trabalho formal, com índices de saúde piores que a média da população e com maior envolvimento com criminalidade”, porém o uso desse tipo de droga vem se expandindo para todas as classes sociais (Fraissat, 2011).

O perfil consumidor de cocaína e crack do nosso país também não diferem dos outros países, o qual é caracterizado geralmente por um perfil homem, jovem, poliusuário, baixo nível socioeconômico e educacional, sem trabalho ou vivendo “de bicos”, marginalizado, com piores índices sociais e de saúde (Pulcheiro & Stolf & Pettenon, 2010).

No tocante ao padrão de uso mais apreendido no ano de 2018 no município de Campina Grande, constatou-se que foi a cocaína na forma de pedra amarelada – crack – (fumada) e o pó de coloração branca – COC. HCL (snifada), possivelmente pelo fato do seu alto poder viciante. Tal característica garante um mercado crescente e fidelizado, pois o crack é mais rentável do que a cocaína pura, tanto pelo baixo custo da produção quanto pela maior compulsão do usuário, como também o fácil acesso as cracolândias (Garcia & Costa, 2016).

Em relação ao enquadramento legal, o estudo mostrou que os indivíduos apreendidos com a droga foram enquadrados na Lei 11.343/06, com predominância do Art. 33, que verbaliza sobre o tráfico, ou seja, tudo que envolve a produção e distribuição sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar de drogas ilícitas, seguidos do Art. 28, que versa sobre o porte ilegal de substâncias entorpecentes e suas penas, a saber: i) advertência; ii) prestação de serviços à comunidade e iii) medidas socioeducativas.

Foi constatado, predominantemente, a apreensão por tráfico, seguido de porte. Comportamento esperado, pois, a partir da análise geoespacial, foi identificado que grande parte das apreensões foram realizadas nas áreas mais periféricas do município e de acordo com Garcia & Costa (2016), “as características sociodemográficas também influenciam o risco de um indivíduo se tornar dependente”.

Os resultados do estudo também corroboram com os dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo para o ano de 2017, os quais revelaram que as ocorrências de apreensões de drogas referem-se primordialmente ao tráfico (49.346), seguido do porte (26.984), (Langeani & Silva, 2018).

A partir da análise geoespacial, verificamos que as apreensões de cocaína e seus derivados ocorreram de forma aleatória, não apresentando autocorrelação para a variável bairro. Todavia, constatou-se que os bairros mais expressivos em relação ao número de apreensões foram José Pinheiro, Pedregal, Serrotão e Jeremias, locais periféricos da cidade, onde os índices de criminalidade e de vulnerabilidade social são bem significativos, como mostra estudos realizados por Santos, Junior (2012); Silva (2014) e Silva (2015), também para o município de Campina Grande. Tais estudos afirmam ainda que estes são os bairros com maiores índices de violência relacionados ao tráfico de drogas, reafirmando, então, os dados encontrados nesta pesquisa.

Cabe destacar que em pesquisa desenvolvida por Vasconcelos (2019), analisando as apreensões de cocaína no município de Campina Grande, constatou que o número de maior ocorrências de apreensões de COC foram no bairro de José Pinheiro, com 15 casos. Observou-se que o número de apreensões no bairro no período de um ano duplicou, fato este que pode levar a uma reflexão, por parte das autoridades, sobre o avanço rápido no número de apreensões de cocaína no município.

Tal contexto sugere a adoção de práticas de saúde e de fiscalização que considerem ações contínuas de atuação, tanto

com base individual quanto coletiva, possibilitando integrar diferentes profissionais (da área da saúde, de assistência social), o que proporcionaria o planejamento de ações mais adequadas para a redução de tal problema.

Ademais, na presente pesquisa foi realizado um mapeamento das apreensões de acordo com os Distritos Sanitários urbanos do município em questão. Segundo Gondim & Monken & Rojas (2008), “os Distritos Sanitários deveriam ser capazes de resolver todos os problemas e atender todas as necessidades em saúde da população do seu território”.

Esta interação entre os fatores de risco geográfico e a dependência de substâncias químicas permite identificar que o uso de substâncias pode advir de diversos motivos que envolvem fatores culturais, uma possível maior aceitação do uso de drogas naquela localidade, as características sociodemográficas, necessitando, assim, de uma maior atenção por parte das autoridades no que diz respeito às políticas públicas já existentes. A obtenção dos dados de apreensão local poderá fortalecer tais políticas, partindo do pressuposto que as ações podem ser delineadas a partir desse perfil local.

5. Conclusão

O avanço do número de usuários de drogas globalmente, com destaque para a cocaína e seus derivados, chama atenção para a importância de se fortalecer as políticas públicas em uso.

No Brasil, a política de drogas adotada atua em diferentes frentes, implicando custos no campo da saúde, segurança, justiça e sistema prisional. Este fato se faz importante, pois é necessário que cada vez mais se considere o uso da droga como problema de saúde pública.

Articular política sobre drogas inclui significativo número de programas e projetos de diversos órgãos federais, estaduais, municipais e distritais. A governança da Política Nacional de Drogas é realizada por intermédio do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD), cuja instância máxima é o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD.

O SISNAD atua dividindo as atribuições entre as três esferas federativas, ao mesmo tempo em que objetiva conferir sinergia às ações da política de drogas por meio do planejamento e da coordenação interfederativa e intersetorial. O sistema consiste em um conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos, que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas.

Em face das características do país, a atual Política Nacional sobre Drogas busca, também, garantir seu caráter intersistêmico, intersetorial, interdisciplinar e transversal, por meio de sua articulação com outros sistemas de políticas públicas, a saber: o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), entre outros.

Assim, o conhecimento sobre os dados epidemiológicos das apreensões de cocaína por município fortalece vários objetivos propostos pelo SISNAD, como a priorização dos programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas. Fortalece também a promoção da interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação e trabalho, buscando a prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas. Ainda, com o enfoque na repressão ao tráfico, assegura as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de droga.

Observou-se na literatura científica que pesquisas sobre dados epidemiológicos da apreensão de COC são praticamente inexistentes, especificamente nos municípios e estados.

Portanto, conhecer a dinâmica local poderá contribuir com o SISNAD, especialmente no tocante aos princípios descritos no art. 4º da Lei nº 11.343/2006.

Referências

- Almeida, E.S & Castro, C. G. J. & Lisboa, C. A. (1998) Distritos Sanitários: Concepção e Organização. (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo: Fundação Peirópolis Ltda.) Retrieved from: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume01.pdf
- Brasil. (2012). Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Comitês de Ética em Pesquisa. Resolução nº 466, de 13 de junho de 2012. Diário Oficial da União,
- Brasil. (2009). Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas. Brasília. Retrieved from: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/relatorios-politicas-sobre-drogas/relatoriobrasileirosobredrogas-2010.pdf>.
- Danieli, R.V. & Ferreira, M.B. & Nogueira, J.M. *et al.* (2017). Perfil sociodemográfico e comorbidades psiquiátricas em dependentes químicos acompanhados em comunidades terapêuticas. J Bras Psiquiatr. <https://doi.org/10.1590/0047-208500000163>.
- Fiore, M. (2012). O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. Novos estud. CEBRAP. Retrieved from: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100002>
- Fraissat, Z. (2011). Droga já teria chegado a 1,2% da população. Dependência Química Crack assusta e revela um Brasil despreparado. REVISTA EM DISCUSSÃO. Retrieved from: http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/Upload/201104%20%20agosto/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_agosto_2011_internet.pdf
- Garcia, F. & Costa, M. R. (2016). Conceito de vulnerabilidade e sua aplicação nos transtornos do uso de drogas. Belo Horizonte. Retrieved from: DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20150029>
- Gondim, G.& Monken, M. & Rojas, L.I. *et al.* (2008). O território da saúde: a organização dos sistemas de saúde e a territorialização. Rio de Janeiro: Fiocruz. Retrieved from: http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/o_territorio_da_saude_a_organizacao.pdf
- Gusmão, P.P. & Fernandes, R.F.D. & Rezende, R.C. *et al.* (2017). Perfil epidemiológico de uma população de usuários de drogas de Anápolis, Goiás. Rev. Educ. Saúde. Retrieved from: DOI <https://doi.org/10.29237/2358-9868.2017v5i1.p28-37>
- Langeani, B., & Silva, L. C. (2018). Apreensões de drogas no estado de São Paulo: um raio-x das apreensões de drogas segundo ocorrências e massa. São Paulo.
- Mathiasen, B. (2010). Política sobre drogas: ações abrangentes. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Retrieved from: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/imprensa/artigos/2010/25-10-politica-sobre-drogas-acoes-abrangentes.html>
- Paraíba: Governo do Estado. (2018). Repressão qualificada ao tráfico de drogas é foco de Delegacias de Repressão a Entorpecentes em JP e CG Paraíba. Retrieved from: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/repressao-qualificada-ao-traffic-de-drogas-e-foco-de-delegacias-de-repressao-a-entorpecentes-em-jp-e-cg>
- Pulcheiro, G. & Stolf, A. & Pettenon, M. *et al.* (2010). Crack: da pedra ao tratamento. Revista da AMRIGS. Porto Alegre. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/321729169_Crack_-_from_stone_to_treatment
- Rosa, J. (2018). Após Interdição Serviços do IPC são transferidos para outros Locais. Jornal da Paraíba. Retrieved from: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2018/03/09/atividades-ipc-sao-transferidas-para-outras-instituicoes-confira-como-ficaram-servicos
- Santos, S.I.L. & Junior, X.S.S.S. (2012). Mapeamento da Violência Urbana em Campina Grande: Tendências e Desafios em Busca da Cidade Sustentável. Cnpq. Retrieved from: <http://memoria.cnpq.br/documents/10157/937b762a-85cc-497e-9cc8-1b0026fa75d8>
- Siegel, S. & Castellan, N.J. (2008). Estatística Não Paramétrica para as Ciências do Comportamento. Artmed Bookman. São Paulo.
- Silva, D.L.S. & Torrezan, M.B. & Costa, J.V. *et al.* (2017). Perfil sociodemográfico e epidemiológico dos usuários de um centro de atenção psicossocial álcool e drogas. Revista Enfermagem e Atenção Saúde. 6(1), 67-79. DOI <https://doi.org/10.18554/reas.v6i1.1659>.
- Silva, R.M.G. (2015). O Estado e o Direito de Punir: A Resposta Penal e Judicial ao Tráfico de Entorpecentes na Zona Leste de Campina Grande/PB. 32 p. Retrieved from: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12660> pdf
- Silva, T.C.A. (2014). Análise Descritiva Aplicada aos Principais Crimes Ocorridos no Município de Campina Grande-PB em 2012 e 2013 53 p. Retrieved from: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/7234>
- Team, R. D. C. (2017). R:A language and environment for statistical computing. Retrieved from <http://www.r-project.org>
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2019). Stimulants: World Drug Report (United Nations publication, Sales No. E.19.XI.8). Retrieved from: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_4_STIMULANTS.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2020). Drug Supply: World Drug Report (United Nations publication, Sales No. E.20.XI.6). Retrieved from: https://wdr.unodc.org/wdr2020/field/WDR20_Booklet_3.pdf
- Vasconcelos, M. E. D. (2019). Estudo das Apreensões de Cocaína Através da Análise Espacial. Campina Grande. 65 p. Retrieved from: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/24719>
- Zacca, J. J. & Botelho, E. D. & Vieira, A. L. *et al.* (2014). Brazilian Federal Police drug chemical profiling: The PeQui Project. Sci. Justice. Retrieved from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.scijus.2014.02.008>